ATA DA 114ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO DE 2019.

PRESIDENTE: VEREADOR GERALDO JÚNIOR

1º SECRETÁRIO: VEREADOR TOINHO CAROLINO (*ad hoc*)

2ª SECRETÁRIA: VEREADORA LORENA BRANDÃO (*ad hoc*)

Compareceram os senhores vereadores: ALADILCE SOUZA, ALEX MINE, ALEXANDRE ALELUIA, ALFREDO MANGUEIRA, ANA RITA TAVARES, ATANÁZIO JÚLIO, BECA, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CEZAR LEITE, DANIEL RIOS, DEMÉTRIO OLIVEIRA, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, FÁBIO SOUZA, GERALDO JÚNIOR, HÉLIO FERREIRA, HENRIQUE CARBALLAL, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ TRINDADE, KIKI BISPO, LORENA BRANDÃO, LUIZ CARLOS DE SOUZA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELLE MORAES, MARCOS MENDES, MARTA RODRIGUES, MAURÍCIO TRINDADE, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, PEDRO GODINHO, RICARDO ALMEIDA, SABÁ, SÉRGIO NOGUEIRA, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO, TOINHO CAROLINO e VADO MALASSOMBRADO. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofício n. 652/19 do Gabinete do Prefeito em resposta a pleito da CMS; Vetos totais n.s 32 a 33/19 do Executivo Municipal; Projetos de Lei n.s 421/19 do vereador Henrique Carballal e 422/19 da vereadora Marcelle Moraes; Projetos de Indicação n.s 1.733 a 1.749/19 da vereadora Marcelle Moraes e 1.750/19 do vereador Paulo Magalhães Júnior; Requerimentos n.s 239/19 do

vereador José Trindade, 240/19 do vereador Joceval Rodrigues e 241 e 242/19 do vereador Orlando Palhinha; e Moções n.s 142/19 do vereador Hélio Ferreira, 143/19 da vereadora Cátia Rodrigues e 144/19 do vereador José Trindade. Terminada a leitura do Expediente, no **Pinga-Fogo**, o vereador Toinho Carolino comentou sobre o lançamento da Ordem de Serviço para o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), na Calçada, pelo governador Rui Costa. Discorreu sobre a importância do equipamento, inclusive para a autoestima dos moradores do Subúrbio, saudando o governador pela iniciativa. O senhor presidente registrou a presença do advogado Ademir Ismerim, a quem enalteceu, havendo se associado o vereador Toinho Carolino. O vereador Isnard Araújo pediu a atenção do governador Rui Costa quanto à mobilidade no trecho da BR-580 conhecido como Estrada do Derba, no Subúrbio. Expôs sobre os problemas enfrentados pelos usuários da via, para a qual pediu duplicação. Repudiou obra audiovisual sobre Jesus Cristo que o colocava como homossexual, considerando-a desrespeitosa e pedindo que boicotassem a Netflix, que veiculava a obra. Indagou sobre como se sentiriam os praticantes de outras religiões se vissem o mesmo acontecer com as referências de suas crenças. A vereadora Marta Rodrigues criticou o Projeto de Lei sobre o Condomínio de Lotes, afirmando que ele afrontava algumas leis, as quais apontou, além de ignorar o Conselho da Cidade. Também criticou as Emendas a esse Projeto, lendo alguns dispositivos para ilustrar incongruências com a legislação. Apontou o descumprimento da exigência de audiências públicas e afirmou a inconstitucionalidade da Proposição, pedindo a sua retirada de pauta. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza saudou os moradores do Vale Encantado que estavam na Casa preocupados com ameaças àquela região. O vereador Ricardo Almeida repudiou o grupo Porta dos Fundos pela criação do vídeo que colocava Jesus Cristo como homossexual. Afirmou que respeitava os homossexuais e que não aceitava que uma minoria, a qual pedia respeito, tentasse se impor desrespeitosamente à maioria. Pediu respeito mútuo e lembrou que defendeu Terreiro de Candomblé que fora atacado por evangélicos. O vereador

Sidninho informou que, no dia seguinte, às 14h, tomariam posse os novos conselheiros tutelares eleitos. Comentou sobre as férias a serem pagas aos conselheiros. Estimou que os pares realizariam uma boa votação nesta tarde. O vereador Marcos Mendes saudou os presentes à Galeria. Lembrou a votação do Plano-Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) em 2008, a qual considerou eivada de irregularidades, e comentou sobre o Vale Encantado, afirmando que não se cumpriram os dispositivos então criados para essa área. Criticou o que era previsto para a região do Mané Dendê, considerando haver influências bolsonaristas no tratamento das áreas da Cidade pelo governador e pelo prefeito, em benefício do empresariado. Afirmou que, no momento, tentavam remover o povo pobre e preto da Baía de Todos-os-Santos e pediu que a Casa não votasse algo açodadamente e em desconsideração ao povo. Nas **Representações Partidárias**, o vereador Orlando Palhinha comentou sobre os Projetos cuja votação era prevista para a Sessão. Destacou a necessária responsabilidade nas falas dos pares, rebatendo crítica do vereador que o antecedera e rejeitando que o projeto para o Mané Dendê fosse tratado como se trouxesse especulação imobiliária. Lembrou o tratamento dado pelo Governo do Estado ao estádio de Periperi, o qual fora encampado pela Prefeitura, e defendeu o que era pretendido para o Mané Dendê, considerando que haveria inclusão social. Pela ordem, o vereador Ricardo Almeida, destacando os edis que já pleitearam respeito às suas religiões, pediu aos pares que assinassem Moção de repúdio da vereadora Cátia Rodrigues ao vídeo do grupo Porta dos Fundos. O vereador Luiz Carlos Suíca discorreu sobre variadas tendências que atuavam pelos interesses dos cidadãos e contou sobre a criação de núcleo para lutar pelos interesses populares, destacando a luta contra o racismo e pelas pessoas pretas e pobres. Defendeu os moradores do Mané Dendê. A vereadora Marta Rodrigues se associou ao vereador Toinho Carolino sobre o lançamento do VLT, cuja importância salientou. Saudou a criação do núcleo mencionado pelo vereador Luiz Carlos Suíca, destacando a força da luta. Comentou sobre o Projeto de Regularização Fundiária, contando

sobre emendas que não haviam sido incorporadas e mencionando famílias do Mané Dendê que careciam de um reassentamento justo. O vereador Toinho Carolino comentou sobre o trabalho de projetos sociais para jovens de Pituaçu, Boca do Rio e outras regiões. Criticou a Prefeitura pelo mau estado de campos de futebol. Em aparte, associou-se o vereador Luiz Carlos Suíca. Em comunicação inadiável, o vereador Moisés Rocha saudou o vereador Luiz Carlos Suíca e outros pela criação do núcleo de combate antirracismo e luta pelos direitos dos LGBTs. O vereador Pedro Godinho saudou o senhor presidente pelo recebimento da Comenda Dois de Julho, no dia anterior. Discorreu sobre o trabalho da Prefeitura, destacando as muitas obras realizadas na Cidade. Em seguida, antecipando-se a Ordem do Dia, foi apreciado o Veto n. 25/19. Subiu à Tribuna, para Parecer pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o vereador Alexandre Aleluia, cujo Parecer foi pela manutenção do Veto. Colhidos os votos na CCJ, o Parecer foi aprovado, o mesmo se dando em Plenário. Após discutido e votado, o Veto n. 25/19 foi mantido. Em seguida, foi apreciado o Projeto de Lei n. 421/19. Subiu à Tribuna, para Parecer conjunto pela CCJ e pelas Comissões de Finanças e Orçamento, e de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, o vereador Alexandre Aleluia, cujo parecer foi favorável. Colhidos os votos nas Comissões, o Parecer foi aprovado, , o mesmo se dando em Plenário. Após discutido e votado, o Projeto de Lei n. 421/19 foi aprovado, até a Redação Final. Declarando voto, o vereador Henrique Carballal, autor da Proposição aprovada, parabenizou os pares pelo acordo em torno desse Projeto. O senhor presidente anunciou inversão de pauta para a votação da Ordem do Dia, como combinado em sede de Colégio de Líderes. Aberta a **Ordem do Dia**, foi inicialmente apreciado o Projeto de Lei n. 299/19, do Condomínio de Lotes. Havendo Parecer conjunto ao Projeto, da CCJ e das Comissões de Finanças e Orçamento, e de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, o qual era favorável ao Projeto, colheram-se os votos nessas Comissões. Colhidos os votos na CCJ, expôs Voto em Separado a vereadora Aladilce Souza, que contou ter sido surpreendida por emendas nocivas ao Projeto.

Relacionou o que era criado nas Emendas a ditames legais que não haviam sido cumpridos, como o debate em audiências públicas. Expôs sobre item que alterava o PDDU e sobre problemas judiciais relativos ao PDDU. Afirmou a importância do interesse público. Por fim, o Parecer foi aprovado nessa Comissão, com o Voto em Separado da vereadora Aladilce Souza. Colhidos os votos na Comissão de Finanças, expôs Voto em Separado a vereadora Marta Rodrigues, que informou moção de repúdio de representantes do Mané Dendê. Expôs sobre a necessidade de planejamento democrático e sobre os riscos socioambientais do Projeto. Apontou impactos do Projeto na Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo (LOUOS). Afirmou haver crime contra a população do Subúrbio. Por fim, o Parecer foi também aprovado nessa Comissão, com o Voto em Separado da vereadora Marta Rodrigues. Colhidos os votos na Comissão de Planejamento Urbano, o Parecer foi também aprovado, contra o voto da vereadora Marta Rodrigues. Submetido ao Plenário, o Parecer foi aprovado. Havendo Emendas ao Projeto, subiu à Tribuna, para Parecer conjunto pela CCJ e pelas Comissões de Finanças e Orçamento, e de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, o vereador Alexandre Aleluia, cujo Parecer foi favorável às Emendas n.s 1 a 10, do vereador Duda Sanches. Colhidos os votos na CCJ, o Parecer foi aprovado, contra o voto da vereadora Aladilce Souza (sustentando alteração do PDDU e inconstitucionalidade). Colhidos os votos na Comissão de Finanças, o Parecer foi também aprovado, contra o voto da vereadora Marta Rodrigues e abstenção do vereador Cezar Leite. Colhidos os votos na Comissão de Planejamento Urbano, o Parecer foi também aprovado, contra o voto da vereadora Marta Rodrigues (sustentando alteração do PDDU e da LOUOS). Em seguida, o vereador Alexandre Aleluia emitiu Parecer à Emenda n. 11, da vereadora Lorena Brandão, o qual foi pela rejeição. Colhidos os votos na CCJ, a Emenda foi aprovada, com votos contrários ao Parecer dos vereadores Duda Sanches, Lorena Brandão, Luiz Carlos Suíca e Marcelle Moraes. Colhidos os votos na Comissão de Finanças, a Emenda foi também aprovada, com votos contrários ao Parecer dos vereadores

Isnard Araújo, Joceval Rodrigues, Kiki Bispo, Sabá e Sidninho. Colhidos os votos na Comissão de Planejamento Urbano, A Emenda foi também aprovada, com votos contrários ao Parecer dos vereadores Duda Sanches, Henrique Carballal, Paulo Magalhães Júnior, Sabá e Sidninho. Submetida ao Plenário, a Emenda n. 11 foi, assim, mantida. Em discussão, a vereadora Aladilce Souza ressaltou o interesse popular a ser protegido pela CMS e a necessidade de os vereadores, para esse fim, conhecerem e debaterem as matérias. Considerou um passo atrás a matéria em discussão. Criticou o andamento das Emendas, apontando falta de audiências públicas e de transparência. Mencionou a luta pelo Parque Encantado. A Sessão foi prorrogada por uma hora. O vereador Edvaldo Brito afirmou que o Projeto era apreciado de modo desconforme a outro Projeto que também seria apreciado. Discorreu sobre a discricionariedade dos edis e sobre o *quorum* a ser aplicado. A vereadora Marta Rodrigues lembrou o antigo debate de um Projeto por 48 horas, que fora registrado em uma Ata notarial. Disse que os valores dados aos imóveis, numa emenda, eram incompatíveis com a realidade. Apontou ilegalidades na tramitação e parâmetros estabelecidos pela Prefeitura sem debate. O vereador Sílvio Humberto mencionou o direito à Cidade como elemento em questão nesta votação. Defendeu a democracia participativa, apontando vícios no Projeto quanto a isso e afirmando que, portanto, havia inconstitucionalidade. Defendeu a importância da audiência pública para uma matéria como esta e disse que os interesses econômicos prevaleciam. Criticou o modelo econômico da Cidade. O vereador Marcos Mendes considerou que esta discussão remontava ao PDDU de 2008, lembrando secretária que, naquele momento, passara a madrugada debatendo com os vereadores. Disse que o modo de se apresentarem emendas, naquele momento, se repetia neste Projeto. Observou que a previsão, nesse PDDU de 11 anos atrás, de delimitação de poligonal no Vale Encantado, em prazo máximo de 60 dias, ainda não havia sido cumprida. Expôs riscos ambientais trazidos no Projeto. Informou manifestação ao MP se aprovado o Projeto. Após discutido e votado, o Projeto de Lei n. 299/19 foi aprovado, até a

Redação Final, com suas Emendas, contra os votos dos vereadores Aladilce Souza, Edvaldo Brito, Hélio Ferreira, Luiz Carlos Suíca, Marcos Mendes, Marta Rodrigues e Sílvio Humberto, havendo o vereador Cezar Leite declarado voto a favor do Projeto original, sem as Emendas. Em seguida, passou-se à apreciação do Projeto de Lei Complementar n. 2/19, do Programa de Regularização Fundiária Urbana. Havendo Parecer conjunto ao Projeto, da CCJ e das Comissões de Finanças e de Planejamento Urbano, o qual era favorável ao Projeto, colheram-se os votos nas Comissões. Colhidos os votos na CCJ, expôs Voto em Separado a vereadora Aladilce Souza, que apontou ilegalidade e falta de discussão sobre o Projeto, sobre cujo processo de elaboração comentou. Por fim, o Parecer foi aprovado nessa Comissão, com o Voto em Separado da vereadora Aladilce Souza. Colhidos os votos na Comissão de Finanças, expôs Voto em Separado a vereadora Marta Rodrigues, que comentou sobre as quatro audiências públicas realizadas sobre o Projeto. Afirmou que o Projeto e suas Emendas não apresentavam compromisso com as pessoas. Por fim, o Parecer foi aprovado nessa Comissão, com o Voto em Separado da vereadora Marta Rodrigues e contra o voto do vereador Cezar Leite. Colhidos os votos na Comissão de Planejamento Urbano, o Parecer foi também aprovado, o mesmo se dando em Plenário. Havendo Emendas ao Projeto, subiu à Tribuna, para Parecer conjunto pela CCJ e pelas Comissões de Finanças e Orçamento, e de Planejamento Urbano, o vereador Alexandre Aleluia, cujo Parecer à Emenda n. 1 foi favorável. Colhidos os votos nas Comissões, o Parecer foi aprovado. Em apreciação as Emendas n.s 2 e 3, o vereador Alexandre Aleluia emitiu Parecer também favorável. Colhidos os votos nas Comissões, o Parecer foi aprovado, o mesmo se dando em Plenário. A Sessão foi prorrogada por uma hora. Em discussão, o vereador Edvaldo Brito afirmou a importância do Projeto para a Cidade e para o País, por trazer inovações no plano federal. Mencionou institutos de direitos reais, presentes na legislação brasileira, que eram tocados pelo Projeto, lamentando a falta de mais tempo para uma discussão sobre o mérito da matéria. Contou sobre a participação de instituto baiano na análise da

questão, manifestando agradecimento. Observou que uma Lei como esta tinha de se basear na situação fundiária do Município, para tratar dos problemas locais, os quais deveriam ser conhecidos. Afirmou que o Projeto não trazia o que era necessário a essa finalidade e a um programa público, e que ele apenas refletia parâmetros federais. Criticou o que era previsto sob a denominação "Reurbis I", historiando essa noção. Indagou que papel cumpriam os edis, já que não se debruçavam sobre os problemas fundiários do Município, pois discutiam uma cópia de Lei Federal. A vereadora Aladilce Souza secundou o vereador Edvaldo Brito. Considerou produtivas as audiências públicas realizadas sobre o Projeto e mencionou a expectativa positiva que havia então, expondo que também contemplavam a reurbanização das áreas envolvidas. Disse que mais de 50 emendas foram então produzidas. Expressou a frustração com a forma como o Projeto acabou se apresentando. Indagou qual seria a posição do prefeito sobre as Emendas que prevaleceram, as quais afirmou tornarem inconstitucional o Projeto, e cuja retirada pediu. A Sessão foi prorrogada por uma hora. A vereadora Marta Rodrigues reiterou sua exposição do Voto em Separado e mencionou as entidades envolvidas no Projeto, afirmando que, sendo ele aprovado como estava, elas iriam à Justiça. Expôs sobre as Emendas, afirmando que elas não refletiam os movimentos sociais que haviam participado do processo. Questionou regras de desafetação e alienação postas no Projeto, afirmando que violavam normas legais. O senhor presidente informou o resultado do Prêmio Jânio Lopo de jornalismo e anunciou que a Sessão de premiação aconteceria no dia 17. O vereador Marcos Mendes leu carta de repúdio, dos moradores da Bacia do Mané Dendê, ao programa fundiário visado com o Projeto. Na carta, apontava-se falta de diálogo com a população e retaliação aos que se colocavam contrários ao programa. Também se analisavam, criticamente, dispositivos do Projeto e se repudiava o modo como era concebida a organização fundiária da Cidade. Finda a leitura, o orador apontou a diminuição da população insular por força da ação de grupos econômicos e criticou a desconsideração, por parte de secretário municipal, do

que fora trazido ao debate pela população pobre e negra. Defendeu a reforma agrária em terras devolutas. A Sessão foi prorrogada por uma hora. O vereador Sílvio Humberto destacou a terra como bem que interessava ao capitalismo, historiando seu tratamento legal no Brasil. Disse que se esperava construção coletiva nas audiências públicas sobre o Projeto, destacando o esforço democrático por trás das 52 Emendas produzidas e considerando que, por fim, prevaleciam os interesses econômicos em vez dos anseios da população negra, pobre e periférica. Após discutido e votado, o Projeto de Lei Complementar n. 2/19 foi aprovado, até a Redação Final, com suas Emendas, contra os votos dos vereadores Aladilce Souza, Edvaldo Brito, Hélio Ferreira, Marcos Mendes, Marta Rodrigues e Sílvio Humberto, havendo o vereador Cezar Leite declarado voto a favor do Projeto original, sem as Emendas. Em seguida, passou-se à apreciação do Projeto de Lei n. 304/19, do programa *Nossos Talentos*. Havendo Parecer favorável da Comissão de Finanças, colheram-se os votos nessa Comissão. Expôs Voto em Separado a vereadora Marta Rodrigues, que tratou sobre a aferição do cumprimento de metas e apontou incongruências no Projeto. Rejeitou o critério para a ocupação de cargos e a extinção de cargos para a criação de novos. Apontou inconstitucionalidade, além de desconformidade com o interesse público e com a responsabilidade fiscal. Por fim, o Parecer foi aprovado nessa Comissão, com o Voto em Separado da vereadora Marta Rodrigues. Em seguida, subiu à Tribuna o vereador Ricardo Almeida, para Parecer pela Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, o qual foi favorável. Colhidos os votos nessa Comissão, o Parecer foi também aprovado, o mesmo se dando em Plenário. Assumiu a Presidência o vereador Kiki Bispo. Em discussão, o vereador Edvaldo Brito disse que o princípio republicano era desconsiderado no Projeto. Afirmou que seu mérito era positivo, porém havia problemas quanto a regras sobre receitas e despesas, os quais expôs. O vereador Marcos Mendes leu texto em que se defendia a criação de fundo municipal relacionado ao Serviço de Intermediação para o Trabalho (Sine) e se apontava o racismo estrutural como obstáculo à

empregabilidade. O texto ainda trazia dados sobre o mercado de trabalho e a perspectiva de política contra o desemprego. Era nele apontado o uso indevido de programas de emprego e sugerido concurso público. Reassumiu a Presidência o senhor presidente Geraldo Júnior. A Sessão foi prorrogada por uma hora. A vereadora Aladilce Souza considerou inconstitucional o Projeto, cujo teor, relativo a estágio, explicou. Discordou da ideia de se aproveitarem os estagiários no preenchimento de cargos, o que considerou desrespeito ao concurso público e a outros parâmetros legais. Pediu aos pares voto contrário. Após discutido e votado, o Projeto de Lei n. 304/19 foi aprovado, até a Redação Final, contra os votos dos vereadores Aladilce Souza, Edvaldo Brito, Hélio Ferreira, Marcos Mendes, Marta Rodrigues e Sílvio Humberto. Declarando voto, o vereador Luiz Carlos de Souza agradeceu a aprovação de sua Emenda ao Projeto de Regularização Fundiária, a qual estendia a outras entidades religiosas, e a seus trabalhos sociais, o reconhecimento dado às religiões de matriz africana. Nada mais havendo, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, marcando outra para o dia seguinte, à hora regimental.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO